

## O AMPARO À INFÂNCIA COMO PROJETO SOCIAL: EDUCAÇÃO E TRABALHO NO ESPIRITISMO DE SANTA MARIA, RIO GRANDE DO SUL (1930-1945)

CHILDCARE AS A SOCIAL PROJECT: EDUCATION AND WORK IN THE SPIRITISM OF SANTA MARIA (1930-1945)

Renan Santos Mattos\*  
renansnatos@gmail.com

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo destacar a atuação de grupos espíritas da cidade de Santa Maria no que se refere às preocupações com a infância entre 1930 a 1945. Nesse cenário, o amplo debate sobre a vulnerabilidade e a questão social converge para a consolidação das instituições voltadas a acolher e a instruir meninos e meninas na cidade de Santa Maria-RS. Assim, interessa-nos, no âmbito da atuação social do espiritismo, discutir a compreensão sobre a infância e a proposta de escolarização, por parte dos espíritas da cidade de Santa Maria, em que a educação profissional aparece como horizonte de interpretação em acordo com o debate sobre as políticas educacionais da época.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espiritismo, Infância, Educação.

**ABSTRACT:** The present work aims to highlight the work of spiritist groups in the city of Santa Maria with regard to concerns about childhood between 1930 and 1945. In this scenario, a broad debate on social vulnerability and the social issue converges towards consolidation institutions dedicated to welcoming and instructing boys and girls in the city of Santa Maria-RS. Thus, we are interested, within the scope of the social work of spiritism, to discuss the understanding of childhood and the schooling proposal by the spiritists of the city of Santa Maria, in which professional education appears as.

**KEYWORDS:** Spiritism, Childhood, Education.

### *Introdução*

Hoje à Rua Barão do Triunfo, 185, será inaugurado oficialmente um abrigo de crianças sob o nome de Instrução e Trabalho, ali mantido há mais de um ano pela Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade, da qual é atualmente presidente a Exma Sr<sup>a</sup> Dona Nenê de Souza (DIÁRIO DO INTERIOR, 1933, p. 3).

Com bastante euforia, o Jornal *Diário do Interior* noticiava a criação de uma instituição voltada a atender crianças em situação de abandono na cidade de Santa Maria. O caso em questão trata-se do Abrigo Instrução e Trabalho mantido pela Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade (SEFEC). A instituição foi objeto de pesquisa de Bruno Scherer (2013) bem como Felipe Girardi (2014). E, entramos em comum acordo com a tese sobre a

---

\*Doutor em história pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é tutor à distância do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Maria e professor regente do Instituto São José (SM). Desenvolve estágio pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria.

importância da instituição na conquista de reconhecimento social do espiritismo em Santa Maria, ao eleger “o trabalho assistencial em benefício de crianças desamparadas como seu principal meio de ação social” (SCHERER, 2013, p. 79).

Diante desse quadro, os referidos trabalhos debruçam-se em apresentar os mecanismos e estratégias da instituição no âmbito da organização do espiritismo local, bem como assinalar o funcionamento institucional. Por isso, consideramos importante pensar as estratégias das sociabilidades espíritas como parte integrante da história da infância no quesito de socialização de crianças abandonadas. É possível lançar outros questionamentos: qual seria o olhar dos espíritas em relação às crianças e à juventude? Como se articula ao debate das políticas educacionais no contexto da década de 1930?

Este artigo teve como base teórico-metodológica as interfaces da história cultural e a história da infância, considerando a ampliação de problemáticas de análises e fontes. Seguimos a proposta de Roger Chartier (1990, p. 16) de que objetivo é "identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler". Essas representações devem ser entendidas “como matrizes de discursos e de práticas diferenciadas [...] que têm por objetivo a construção do mundo social, onde os atores sociais descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 1990, p. 19).

Logo, a investigação a partir dos internatos e abrigos de menores, sejam públicos ou mantidos por grupos religiosos, tomam como locus de análise “as concepções pedagógicas e as visões sobre os internos presentes entre os vários sujeitos envolvidos no processo educacional e suas repercussões nas práticas pedagógicas das instituições asilares” (RIZZINI, 2009, p. 8). Portanto, “a categoria infância desvalida, abandonada, jovem delinquente e menor emergiram em processos de lutas e embates políticos, econômicos e culturais” (VALLE; AMARAL, 2018, p. 65).

O *corpus* documental que sustenta essa análise é bastante diversificado. Pautamos nosso estudo tanto nas Atas do Conselho Deliberativo<sup>1</sup>, Relatórios Anuais sobre as atividades do Abrigo Espírita Instrução e Trabalho, bem como os relatórios de internas e internos, como forma de ponderar sobre o projeto educacional da infância. Como ponto

---

<sup>1</sup> A instituição era composta por Conselho Deliberativo, Diretoria e Conselho Fiscal.

complementar, trazemos ainda os documentos presentes no acervo da Aliança Espírita Santa-Mariense e os jornais *Diário do Interior*<sup>2</sup> e *A Razão*<sup>3</sup>, a fim de compreender a perspectiva como integrante dos projetos sociais do movimento espírita local.

Diante disso, cabe mencionar as particularidades da documentação das instituições de abrigo, delineadas por uma perspectiva adultocêntrica, já que predomina a visão de homens e de mulheres pertencentes à instituição sobre as “culturas infantis”. Sendo assim, o regime de verdade institucional dedica-se a minimizar as tensões e os conflitos existentes em relação às questões disciplinares e à rotina da instituição. Essa constatação evidencia problemáticas sobre a escrita da história da infância e da juventude, considerando que “temos posto mais atenção em como os indivíduos adultos entenderam, representaram e imaginaram as crianças, que nas experiências infantis e nas vozes dos meninos e meninas (SOSENSKI, 2016, p. 46)<sup>4</sup>. Porém, compreendemos essa reflexão como forma de pensar uma história da infância e da juventude, considerando o lugar de produção da documentação das instituições espíritas.

Nas linhas a seguir, organizamos o texto em dois momentos, no primeiro momento, discutimos o cenário de Santa Maria a partir da organização do espiritismo local, em segundo momento, passamos para a discussão infância “desamparada<sup>5</sup>” em diálogo com as políticas educacionais e de profissionalização durante a Era Vargas. Destacamos ainda que retomar a documentação institucional com ênfase das políticas educacionais da infância possibilita analisarmos pontos ainda não abordados sobre o espiritismo da cidade de Santa Maria.

---

<sup>2</sup> O jornal *Diário do Interior* foi fundado em 1911, sendo a primeira folha de propriedade do anglicano Alfredo Rodrigues da Costa. Foi fechado em 1939.

<sup>3</sup> Já o jornal “*A Razão*” foi fundado na década de 1930 com o propósito tanto de promover candidatura de Osvaldo Aranha quanto evidenciar os problemas que acometiam a cidade a partir de seu Editor-Chefe, Clarimundo Flores. Finalizou sua atividade em 2017. As escritas das fontes foram atualizadas.

<sup>4</sup> Tradução livre do autor.

<sup>5</sup> A ideia de infância desamparada corresponde noção de infância perigosa, delinquente. Irma Rizzini (1990, p. 92-93) conclui que na passagem do século XIX para o século XX, a emergência do projeto “de uma assistência racional, metódica e baseada nos cânones científicos, como nas noções médicas de prevenção e cura. Um modelo de assistência à infância voltado para a prevenção das desordens, tendo, como exemplo máximo, a criminalidade, atende aos anseios de disciplinarização da sociedade do novo regime político representado pela República. Nestas, os preceitos da higiene médica são obedecidos, a educação é dirigida para o trabalho e o poder disciplinador atinge o efeito moral desejado da introjeção da vigilância pelos internos”.

*O espiritismo em Santa Maria: caridade e o cuidado à infância.*

A cidade de Santa Maria situa-se no centro do Estado do Rio Grande do Sul. Nasceria “sob o signo das missões jesuíticas, da demarcação de fronteira quando, em 1797, tropas portuguesas armaram seu acampamento, dando origem ao povoado” (BIASOLI, 2010, p. 121), sendo que a emancipação política da cidade de Santa Maria ocorreu em 1858. A cidade dinamiza a sua identidade através do comércio, da migração e do cosmopolitismo.

Nesse raciocínio, o final do século, entre 1880 a 1885, representou um novo estágio para a realidade social de Santa Maria da Boca do Monte. Os trilhos inseriram-se na paisagem urbana. A partir de 1898, a cidade passou a ser o ponto de cruzamento das diversas regiões do estado. Conforme Borin (2010, p. 19), esse contexto implicou no cotidiano da cidade, em que “a população da cidade deslocar-se até a Província do Rio de Janeiro e a outras localidades, inclusive da região platina”, promovendo a dinamização e a circulação de mercadorias, repercutindo sobre o trânsito e sobre a pluralização de agentes sociais.

Igualmente ressaltando a diversificação do comércio e de serviços hoteleiros e educacionais de diversas congregações, bem como instituições católicas, metodistas e anglicanas. Portanto, Santa Maria consagrava-se como “uma cidade de porte médio, então, considerada o entroncamento ferroviário mais importante do sul do Brasil”. (SCHERER, 2013, p. 36). Provavelmente, os serviços criaram condições de ondas de migrações, sobretudo das regiões próximas, criando demandas e cenários de pobreza, logo, a questão social emergia como problema político em busca de soluções efetivas.

Para exemplificar essa questão, Fernando do Ó escreve texto intitulado Festa de Caridade, publicado no Jornal Diário do Interior em 5 de junho de 1934, em que aborda tanto as questões sociais emergentes da cidade de Santa Maria quanto as redes de assistência junto à população em vulnerabilidade social. Uma visão sobre a omissão do Estado bem como da pobreza emergia em suas palavras:

Por que o Estado que, garante a Justiça e o direito, deixa tantos problemas de fora de suas cogitações? E problemas de alta significância que implicam em uma obra de assistência da mais flagrante oportunidade. Quantos desgraçados sem pão, quantos desventurados sem teto, quantos infelizes sem abrigo (Ó, 1934, p. 01).

O registro analisado trata da assistência religiosa empreendido por grupos católicos. Mostra-se importante destacar a vinculação de Fernando do Ó como liderança espírita da cidade de Santa Maria-RS, e endossa a visão da mulher voltada a cuidar e acolher a dor dos sofredores, bem como a percepção do feminino altruísta. Indicamos essa interpretação não apenas para demonstrar que os diferentes grupos religiosos disputam a assistência social, mas como indicam a ampliação da atuação das mulheres no espaço público. Fernando do Ó<sup>6</sup> traz seu testemunho como sintomático dessa discussão em ebulição no contexto da década de 1930:

Bendito seja o teu sacrifício mulher, minha irmã! Bendito o teu trabalho em prol dessa instituição que outra alma tua Irma está realizando, num extenso exemplo de Fraternidade. E enquanto for preciso que ampires o deserdado, socorras o faminto, abrigues a criança, agasalhes a velhice desvalida, faze-o sempre, ó criatura boa e dadivosa, que te compadece da tortura sacrificadora de todas as misérias de teus irmãos (Ó, 1934, p. 01).

A caridade e a filantropia relacionam-se com a discussão sobre assistência aos pobres como temática da historiografia, sendo, portanto, relacionadas a sentidos mediados pela conjuntura histórica e social, em que “a preocupação com o pobre e a pobreza, a partir do século XIX, passará a ser conhecida como questão social” (SANGLARD, 2017, p. 21). Portanto, referindo-se “em atenuar a pobreza através da gestão da indigência urbana” (ROSSI, 2019, p. 11). Além disso, Rossi destaca a pobreza como uma “construção social”, em que é possível relacionar a pluralidade de representações e de categorias que perpassam a noção de pobres assim como estratégias e posicionamentos.

Nessa discussão, consideramos importante a definição de Sanglard sobre filantropia nos seguintes termos:

[...] grande diferença apontada entre caridade e filantropia é que a primeira, por ser obra piedosa, pressupõe a abdicação de toda a vaidade de seu autor e propugna o anonimato, ao passo que a segunda é marcada por um gesto de utilidade [...] O fazer o bem, o socorro aos necessitados, deixa de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social (SANGLARD, 2005, p. 30).

---

<sup>6</sup>Fernando Souza do Ó nasceu na cidade de Campina Grande, na Paraíba, em 30 de maio de 1895. Militar, alcançou o oficialato em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, onde deu baixa como capitão. Posteriormente, estabeleceu-se em Santa Maria, onde passou a atuar como advogado. Em 1915, casou-se com Maria Altina Pereira, com a qual teve 11 filhos. Sua militância no movimento espírita começou, neste período, destacando-se como médium receitista, orador, escritor e líder espírita, tendo presidido a Aliança Espírita Santa-Mariense durante vários anos. Fernando do Ó também atuou junto à imprensa colaborando com diversos jornais do Rio Grande do Sul e de outros estados. Faleceu no dia 5 de novembro de 1972 (SCHERER, 2013, p. 39).

Por outro lado, o que nos instiga é justamente a apropriação da noção de obras de caridade por parte do movimento espírita nacional e de Santa Maria. Marcelo Camurça, em texto intitulado *Competição religiosa entre Catolicismo e Espiritismo através de obras Sociais na cidade de Juiz de Fora*, analisa a situação concorrencial do espiritismo e do catolicismo em torno da noção da caridade, em que a mesma englobou o auxílio aos pobres diante das carências de alimento, de saúde e de instrução. Logo, Camurça (2014) destaca as ações sociais espíritas como forma de estratégias de busca de legitimação e de reconhecimento social do espiritismo, em que a disputa também incluía a consolidação junto ao Estado e à sociedade civil. Tal discurso ainda corrobora para a tese de proeminência, no espiritismo brasileiro, dos aspectos religiosos ao enfatizar a cura moral, intelectual e de serviços básicos aos necessitados, como indicativos da identidade espírita.

No mesmo sentido, Beatriz Teixeira Weber e Felipe Girardi (2017, p. 204) assinalam o espiritismo como “uma prática religiosa baseada na codificação de Allan Kardec, ancorado sob a Federação Espírita Brasileira, com base no estudo, na leitura e na promoção de obras assistenciais (escolas, creches, abrigos, hospitais)”. Os autores mencionam a definição da prática de caridade espírita, já que “a caridade espírita, nesse sentido, visa contribuir para o progresso espiritual de assistentes e assistidos e, do ponto de vista material, remediar a pobreza dos mais necessitados”.

Em Santa Maria, espiritismo<sup>7</sup> tem seu primeiro grupo organizado em 1903, em referência a Sociedade Espírita Paz, Amor e Caridade, na localidade de Água Boa, atual distrito de Arroio do Só. Já na sede central, foi criada em 1910, com o nome de Sociedade Espírita Mont’Alverne, seguida, em 1915, pela Sociedade Espírita Dr. Adolfo Bezerra de Menezes. Essa mobilização se mostrou crucial para a constituição do sentimento de

---

<sup>7</sup> O espiritismo refere-se ao sistema doutrinário organizado por Allan Kardec na França do século XIX. Os cinco livros da codificação espírita são: Livro dos Espíritos (1857), Livro dos Médiuns (1861), O Evangelho Segundo o Espiritismo (1864), O céu e o inferno (1865) e A Gênese (1868). O termo codificação em uso nos meios espíritas, define que Kardec foi responsável pela organização e sistematização do espiritismo. Ver: ARRIBAS, Célia da Graça. *Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira*. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

pertencimento dos espíritas em Santa Maria. Os grupos se organizaram de forma mais sistemática com a fundação da Aliança Espírita Santa-Mariense (AES) em 1921<sup>8</sup>.

A AES assumiu a função tanto de defesa e de divulgação do espiritismo, quanto a de ordenação de práticas mediúnicas e de assistência social. Tendo como objetivos agregar e orientar as práticas de médiuns e grupos espíritas existentes, a AES se instituiu como Casa Mãe do espiritismo em Santa Maria-RS. Conforme o seu Estatuto de 1926, a instituição alinhou a organização de práticas de letramento, a ampliação de redes de assistência e caridade, tendo como objetivo “criar escolas, albergues e farmácias para os necessitados, socorrendo-os, principalmente, as viúvas, órfãos e a velhice, desamparados, tanto quanto permitirem suas condições financeiras” (ALIANÇA ESPÍRITA SANTA-MARIENSE, 1926, p. 1).

Como ápice dessa institucionalização “caritativa”, destacamos a organização da Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade (SEFEC). Ao citar a autobiografia de Florina da Silva e Souza, Felipe Girardi assinalou para a “recorrência das atividades nas residências das praticantes”. A SEFEC formalizou-se em 13 de abril de 1927, sob a orientação do espírito de José Bonifácio, quando um grupo de senhoras espíritas estabeleceu o estudo e a caridade como balizas, tendo como lema em seu Estatuto: “ajudarmos, tanto quanto possível, aos irmãos que sofrem sem distinção; Estudo, por termos sede de saber” (SOCIEDADE ESPÍRITA FEMININA ESTUDO E CARIDADE, 1927, p. 1).

Apesar do esforço em demarcar-se como espaço essencialmente das mulheres espíritas, a presença de homens, conforme Scherer, foi recorrente desde a inauguração. Essa afirmação confirma-se com a participação de Fernando do Ó tanto em doutrinárias quanto no conselho consultivo. Sobre esse aspecto, o mesmo documento traz a seguinte alusão sobre a trajetória das mulheres na SEFEC:

Trabalhai unidas que as bênçãos e as luzes irradiarão sobre vós. Esperais sempre com fé e amor, as instruções necessárias que nunca hão de faltar. Assim procurais trabalhar em benefício dos sofredores que Deus vos recompensará e as espíritas amigas se rejubilarão com o vosso esforço [...]. Avante, filhas, avante e tudo vos será fácil (SOCIEDADE ESPÍRITA FEMININA ESTUDO E CARIDADE, 1927, p. 1).

---

<sup>8</sup> A Aliança Espírita Santa-Mariense passará por dificuldades, ficando em ostracismo no período de 1921-1924, voltando a atuar incisivamente na defesa e organização do movimento espírita local. Entre as atividades, temos as Reuniões Doutrinárias, fundação de instituições e aproximação com os Órgãos Federativos do espiritismo estadual e nacional.

A SEFEC, dessa forma, congregou dois elementos basilares do Movimento Espírita, sendo estes as práticas de letramento e a assistência social. Dessa maneira, a construção das diretrizes institucionais ocorreu, em 1928, com a posse de sua primeira diretoria definitiva e a sistematização da Assistência aos Necessitados – encarregada da arrecadação de alimentos, roupas e outros donativos. E, em 1932, a SEFEC consolida as suas propostas de ação assistencial com a organização do Abrigo Espírita Instrução e Trabalho, destinado ao atendimento de crianças carentes da cidade e região, e com a fundação de uma escola primária já no ano de 1934<sup>9</sup> (GIRARDI, 2014; SCHERER, 2013).

A inauguração do abrigo Espírita Instrução e Trabalho, em 31 de março de 1933, foi prestigiada por simpatizantes do espiritismo bem como contou com a presença de representações em nome do prefeito municipal, o Major Orion Edler, e das principais sociedades espíritas locais. Bruno Scherer (2013) destaca que foi firmado um contrato entre a SEFEC e Joaquina Flores de Carvalho<sup>10</sup>, pelo qual ocorreu a concessão do espaço físico para o funcionamento da instituição pelo prazo de dez anos. Esse ato ainda significou a construção de uma identidade coletiva, pois:

[...]em sua homenagem, a partir de 1959, o Abrigo passou a denominar-se “Lar de Joaquina” denominação pela qual a própria SEFEC tornou-se mais conhecida na cidade. Por sua vez, a organização de uma instituição destinada a auxiliar crianças carentes também teria sido inspiração de uma comunicação espiritual, desta vez do espírito de Pantaleão José Pinto, médico bastante conhecido na cidade, que teria manifestado a preocupação de atendimento aos “pobres, coxos, cegos, doentes da alma e do corpo”, e aos “órfãos que não conhecem os carinhos paternos”, aos “indigentes progenitores que, rodeados de numerosos filhos, vão perecer de um a um no erro, na ignorância, e levarão ao Pai uma oração por vós, os protetores (SCHERER, 2013, p. 42)

<sup>9</sup> Pela documentação analisada, há uma indefinição sobre a organização de uma escola. Pelo registro histórico, temos a inauguração da primeira Escola Primária, em 1934, com apoio dos Comerciantes e da própria Prefeitura Municipal, tendo a prof<sup>a</sup> Dolores Pereira da Silva. Não tivemos acesso às propostas curriculares e pedagógicas da instituição. A instituição espírita reuniu as esposas dos principais nomes do espiritismo da cidade, como Ermelina Aquino Nessi, Leodolphina Weimann da Fonseca, Jeny Tubino Grott, Nilza Gastal Bastide, Praudelima Hevé Pinto, Universina Pereira da Silva, Florina da Silva e Souza, Maria das Dores Brechman, Francina Agrade, Celinea Barreto Sá, Malvina Weimann, Cecy Sá NonohayJacy, Carolina Weimann Druck.

<sup>10</sup> Ainda, sobre a criação do abrigo de crianças, os relatos históricos da instituição assinalam que poucos dias após o recebimento daquela comunicação espiritual, Joaquina Flores de Carvalho teria tomado conhecimento da mesma através de Florina da Silva e Souza, uma das fundadoras da SEFEC, a qual então lhe visitava após receber um pedido de auxílio da primeira que, estando em idade avançada e viúva, passava por dificuldades. Relata-se que, após breve reflexão, Joaquina “surpreende sua benfeitora com a oferta para a utilização de sua residência por dez anos, gratuitamente, além de sua integral participação nos trabalhos, para instalar ali o Abrigo” (SCHERER, 2013, p. 47).

Importante destacar que entre 1930 e 1940, a SEFEC e o Abrigo Instrução e Trabalho dinamizaram a oferta de serviços e de atividades. Assim, em 1944, a ampliação dos serviços se deu com a criação da seção masculina no Pinhal, atual município de Itaara-RS. Também foi criada uma enfermaria que, posteriormente, em 1949, tornar-se-ia o Hospital Infantil (GIRARDI, 2017; SCHERER, 2013). Sendo assim, os serviços voltados para o atendimento das internas e dos internos, implicaram em propostas sobre a criança e a juventude, no que tange à questão social e às políticas de saúde, de educação e de trabalho. Essas evidências permitem refletir sobre o germe de uma educação profissional e a perspectiva de socialização e de educação da infância pobre em articulação com o debate sobre trabalho na Era Vargas.

#### *A infância desamparada: educação e trabalho na Era Vargas.*

O debate sobre a infância e a juventude corporifica-se na década de 1930-1945<sup>11</sup>, e coincide com as mudanças no cenário educacional brasileiro e na sua engenharia institucional. Como marco dessas transformações, temos todo o esforço de políticas de ampliação do atendimento à infância, à maternidade e à educação, bem como mudanças de ordem do fazer pedagógico. Em relação às mudanças políticas educacionais da década de 1930, de inspiração da Escola Nova<sup>12</sup>, de um lado endossou a participação do Estado, de outro, representou disputas entre diferentes propostas de uma educação nacional entre laicistas, confessionais e escolanovistas<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> O período em questão será marcado por significativas mudanças, nesse sentido, baseamos nossa análise a partir de Luciano Aronne Abreu (2007), sendo que desata o contexto a partir da pluralidade e distintos projetos de nação. Luciano de Abreu (2007, p. 173), partindo de Boris Fausto, aponta que o “3 de outubro não foi a expressão de uma oposição radical entre os interesses agrários e industriais, pois havia uma complementaridade entre esses setores”. Logo, define o presente regime nos seguintes termos: “pode-se afirmar que a formação de um Estado de Compromisso não ocorreu durante o chamado Governo Provisório, mas se estendeu por toda a Era Vargas, sendo uma de suas principais marcas” (ABREU, 2007, p. 173-174). Para mais informações ver Abreu (2007), Mattos (2019).

<sup>12</sup> A Escola Nova foi um importante movimento de concepção pedagógica e epistemológica do campo educacional, sendo assim, ao focar a ação pedagógica na atividade da criança, com base na proposta de John Dewey, a educação deveria ajudar a resolver os problemas apresentados pela experiência da criança. Essa perspectiva inspirou os renovadores da educação, que culminou em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, tendo como lideranças Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, e inspiraram as questões educacionais na década de 1930.

<sup>13</sup> Segundo Andreotti (2006, p. 106), as tensões entre católicos e reformadores delinearão a construção das políticas educacionais. Os católicos defendiam o ensino da doutrina religiosa na escola, a separação entre os sexos nos espaços escolares, o ensino particular e a responsabilidade da família quanto à educação. Os renovadores defendiam a laicidade do ensino, a gratuidade, a responsabilidade pública pela educação e a não separação entre os sexos.

Dessas palavras, sob a gestão dos mineiros Francisco Campos (1931-1934) e Gustavo Capanema (1934-1945), no Ministério da Educação, assistiu-se a profundas e controversas reformas de ordem organizacional, buscando conciliar diferentes projetos educativos, oriundos de forças políticas e sociais diversas (Igreja, exército, burguesia, elite agrária e intelectuais). Libânea Xavier afirma sobre essa conciliação das propostas educacionais:

Durante o Estado Novo, a educação foi submetida ao mais alto grau de centralização, sobretudo de caráter normativo, exacerbando os dispositivos e tendências já presentes na Carta de 1934, tornando-os ao longo do tempo, extremamente burocráticos e formais. No que se refere à educação pública, o texto constitucional de 1937 atribuía ao Estado uma função supletiva, determinando a este o dever de suprir a demanda por educação, apenas onde faltassem os recursos necessários à educação em instituições particulares (XAVIER, 2005, p. 06).

No mesmo sentido, Bomeny (1999) apresenta as relações entre educação e formação nacionalista, sendo assim “Formar um ‘homem novo’ para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outro, forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro” (BOMENY, 1999, p. 139).

Se por um lado, o discurso político indicava a orientação de promoção à escolarização, de outro, representava pluralidade de propostas. Nesse sentido, as leis orgânicas do ensino, propostas por Gustavo Capanema, emergem com a perspectiva de ações voltadas à Educação profissional. As Reformas de Capanema de 1942 são resumidas nos seguintes termos:

Essa estrutura comum previu um ensino primário elementar com duração de quatro anos acrescido do primário complementar de apenas um ano. O ensino médio ficou organizado verticalmente em dois ciclos, o ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, com a duração de três anos e, horizontalmente, nos ramos secundário e técnico-profissional. O ramo profissional subdividiu-se em industrial, comercial e agrícola, além do normal, que mantinha interface com o secundário (SAVIANI, 2011, p. 269).

Nessa direção retomar o nacionalismo, a dualidade das reformas de Capanema e o ensino profissionalizante referem-se ao endosso das propostas educacionais e à interpretação da reforma moral pretendida pelo Abrigo Instrução e Trabalho, já que

escolarizar e profissionalizar a infância passa a ser um dos fundamentos da proposta de atendimento às crianças e aos adolescentes, endossados pela Carta de 1937<sup>14</sup>.

Ao apontarmos esse contexto, ainda que sumariamente, reafirmamos quanto o conceito de infância desamparada consubstancia a proposta de escolarização profissional da infância. Felipe Girardi salienta a criação do Código de Menores de 1927, e reforçados pelo Código de 1940, em que a intervenção das autoridades públicas passa a ser efetiva no sentido de proteção do menor abandonado. Essa postura “previa os casos em que o Estado deveria agir para garantir a vida e a saúde dos menores e os instrumentos para evitar que eles se tornassem infratores” (GIRARDI, 2014, p. 31).

Nesse sentido, as instituições do Estado Novo delimitaram as políticas de assistência à infância e à juventude. Em acorde com a construção da unidade moral e nacional, bem como basilar de saúde e de educação, o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), o Departamento Nacional da Criança (1940), o Serviço de Assistência a Menores - SAM (1941) e a Legião Brasileira de Assistência - LBA (1942) encabeçam as propostas de proteção e assistência à criança. Nesse ponto, de acordo com André Ricardo Pereira (1999), essa postura consagrava uma visão idealizada e dual de infância, o que converge para a assimilação de conceitos tradicionais de família e o papel da mulher enquanto mãe, ou seja, uma infância que projeta como uma aspiração de futuro.

“O higienismo, a filantropia e a puericultura sustentaram as políticas de atendimento às crianças, permeadas por rotinas rígidas de saúde, na assistência e na educação de crianças e jovens” (ANDRADE, 2010, p. 139). Sendo assim, entre a assistência, a instrução e o salvacionismo da criança e da juventude, as políticas governamentais voltadas à família e ao atendimento da maternidade e da infância convergem para os dispositivos de tutela e de proteção, portanto, a criança e as representações de infância imprimem a noção da cidadã do futuro, “devendo receber cuidados especiais do Estado com o objetivo implícito de fortalecimento do estado ditatorial de Vargas” (ANDRADE, 2010, p. 140).

---

<sup>14</sup>Cf: Art 129 – À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais (BRASIL, 1937).

Essa concepção reforça a ideia de criança da nação, do futuro e conforme viés do discurso nacionalista. Portanto, em acorde com o discurso político em formar uma nova alma nacional, a perspectiva direcionada à infância abandonada sustentou-se a partir das ciências médicas, da eugenia, da puericultura, da higiene e da criminologia. Por isso, formar o cidadão de bem, obediente e profissional convergiu para proposta de “representação de uma infância forte, saudável, bem-comportada e livre do estigma da pobreza e do atraso” (CAMARA, 2010, p. 143).

O abrigo Instrução e Trabalho, em seu funcionamento de 1934-1990 e de acordo com o Livros de Registros de Internos do Abrigo Instrução e Trabalho, teve a entrada de 835 crianças e jovens, em sua maioria meninas (GIRARDI, 2014). Nesse documento, o Abrigo Instrução e Trabalho delineou sua identidade como uma instituição “de amparo à infância desamparada” (SOCIEDADE ESPÍRITA FEMININA ESTUDO E CARIDADE, 1933, p. 01). A análise sumária dessa documentação, conforme Scherer (2013) e Giradi (2014), permite afirmar que a miséria, o abandono e a orfandade como o motivo de ingresso na instituição. Os autores ainda destacam como característica em particular a permanência temporária, em que a situação familiar era condicionante para o ingresso na instituição. Ainda é importante destacar que a entrega a tutores ou a famílias era uma prática recorrente, o que talvez se justifique pelas dificuldades financeiras da instituição.

A Presidente Florina Souza<sup>15</sup>denunciou as dificuldades econômicas em documento enviado a Fernando do Ó, na época presidente da Aliança Espírita Santa-Mariense. A Ata nº. 55, de 22 de fevereiro de 1938, referenciou que:

Dadas as dificuldades para manter-se uma casa desse gênero e sem o apoio de nenhuma sociedade local com exceção da Sociedade Francisco Costa que contribuía com 5000 mensal e que atualmente está contribuindo com 2000 mensais, foi resolvido irmos diretamente ao presidente da Aliança Sr. Fernando do Ó fazer ver as dificuldades em que se encontrava o abrigo e que o mesmo estava na iminência de fechar as suas portas por falta de apoio de confrades (SOCIEDADE ESPÍRITA FEMININA ESTUDO E CARIDADE, 1938, p. 59).

---

<sup>15</sup> Nasceu em 16 de junho de 1902, em Santa Maria/RS, filha de Alfredo Luiz da Silva e Universina Pereira da Silva. Foi professora quando jovem, e, após seu casamento com João da Fontoura e Souza, em dezembro de 1920, teve quatorze filhos. Foi proprietária da Farmácia Homeopática Cruz Vermelha, ajudando na produção de medicamentos e no atendimento ao público. Foi liderança atuante do movimento espírita Santa-Mariense, atuando na Aliança Espírita Santa-Mariense (1921), da SEFEC (1927), e da Juventude Espírita Santa-Mariense (1939). Faleceu em 29 de abril de 1971.

Em telegrama enviado em 20 de agosto de 1940, ao Senhor Ministro da Educação e da Cultura, Gustavo Capanema, a SEFEC buscou angariar recursos para a superação da crise de 1939. Nesse sentido, a instituição fez questão de destacar a sua atuação no atendimento de crianças abandonadas bem como a perspectiva de formação para o trabalho. A Diretoria salientou a organização da Feira Municipal com os trabalhos realizados pelas abrigadas. O evento contou com o mostruário dos trabalhos tanto no Pavilhão Industrial, com costuras, bordados, quanto na exposição da touceira Piretro da Dalmácia, com flores secas e pó de mosquito, no espaço da agricultura. O texto enfatiza seu alinhamento ao discurso de Vargas ao afirmar que “animados pela alta visão que o Estado Novo vem imprimindo e dos quais sois ato expoente, aguardamos confiantes a renovação dos benefícios para a ampliação dos serviços de assistência” (SOCIEDADE ESPÍRITA FEMININA ESTUDO E CARIDADE, 1940, p. 02).

Portanto, o elogio ao Estado interventor, centralizado e forte, é uma perspectiva recorrente na análise de afinidades entre o espiritismo e o governo Vargas. Pensamos que nossa reflexão também é indicativa da conciliação entre a ideia de infância e a perspectiva de trabalho, higiene e cidadania, em voga na Era Vargas. Recorremos novamente a Fernando do Ó para assinalar o esforço de aproximação dos espíritas com a centralização política do governo Vargas.

Em texto intitulado “Problemas”, com base nas noções de civilidade, limpeza e disciplina, o entusiasmo do advogado pelo Estado forte e assistencialista evidenciou-se com a criação do Conselho Nacional de Serviços Sociais. Orientado pela referência teórica da socialização positivista e organizacionista, Fernando do Ó reafirmou o projeto centralizador. Sob a tutela da sociologia, explicou sobre o governo pós-1937:

É o que acaba de iniciar o governo do Sr. Getúlio Vargas, com a criação do Conselho Nacional do Serviço Social. E veio ao seu tempo providencialmente. Os inquéritos a que se propõe levar a efeito sobre a vida das pessoas, e irão desenvolver um censo pelo qual se poderá calcular o número dos desajustados, que o Estado poderá socorrer dentro de suas possibilidades. É uma das maiores realizações do Governo Federal no quadrante social do país (Ó, 1938, p. 01).

Além disso, salientamos o endosso institucional ao culto personalista de Vargas como indício de construção da memória nacional e coletiva (GOMES; MATTOS, 1998). Festas, reuniões administrativas alinham-se a celebrar o “Estado Novo”, conforme Ata nº. 64, de 15 de outubro de 1940:

Aos quinze dias do mês de Novembro de mil novecentos e quarenta, na sede da Sociedade, Instrução e Trabalho, Estudo e Caridade e Abrigo Instrução e Trabalho, a Avenida Ipiranga por iniciativa dos Dr. Amaury Luis e Antonio Vitor Mena Barreto foi inaugurado um consultório médico para atender, inicialmente, as abrigadas e alunas da Escola Municipal que funcionava no mesmo prédio, cujo ato efetuou-se com a presença das Autoridades e demais pessoas que a esta assinam. A realização desta modesta iniciativa é a cooperação destas entidades às comemorações da República e do Estado Novo, assim como, mais um passo para o desenvolvimento de seu programa de atividades dentro da doutrina Espírita (SOCIEDADE ESPÍRITA FEMININA ESTUDO E CARIDADE, 1940, p. 75).

Já em relação à edificação da personificação de Vargas, a partir da comemoração de seu aniversário, a instituição declara em documento de 19 de abril de 1942:

[...] a “Sociedade da Juventude Espírita Santa-mariense” aproveitando a data magna e significativa para o Brasil, aniversário do Dr. Getúlio Dornelles Vargas, digníssimo presidente da República, realizou uma sessão solene com a presença de 26 consócios entre crianças, visitantes e abrigadas (JUVENTUDE ESPÍRITA SANTA MARIA, 1942, p. 56).

Podemos vislumbrar ainda o cotidiano e o conjunto de práticas de estudo e de letramento da instituição, Maria Magdalena Silva e Souza, 2ª Secretária da Sociedade da Juventude Espírita, fez a leitura de textos escritos pelos internos e internas bem como foi responsável por questionamentos sobre os fundamentos dos escritos de Allan Kardec. Por fim, Florina Souza ressaltou a importância de Getúlio Vargas para a proteção da infância ao assinalar que os “serviços prestados pelo nosso Governo à Juventude e às crianças, fundando creches, cidade das meninas, colégios, etc.” (JUVENTUDE ESPÍRITA, 1942, p. 56).

Portanto, as práticas de assistência e de caridade espíritas, bastante destacadas nas análises sobre a instituição, se articulam com as propostas de cidadania da Era Vargas. Como destacam Scherer (2013), Girardi (2014) e Weber (2017), a instituição se baseou nos postulados da doutrina espírita como a caridade quanto à ideia de reforma social, com base na educação e no trabalho.

A cidadania Varguista, portanto, implicou na construção de representações acerca da infância que reforçaram o sentido de escolarização, em construção desde o século XIX (GOUVEA; JINZENJI, 2006). Essa infância escolarizada e tutelada fez a questão de delimitar que certos comportamentos da natureza infantil deveriam ser modificados de acordo com as exigências do trabalho e da civilidade. Por isso, o discurso da infância educada assumiu um viés particular a respeito dos grupos menos abastados, assim, os comportamentos

indesejados das crianças pobres decorriam dos vícios e da abnegação familiar e deveriam ser reeducados.

Esse juízo em relação aos comportamentos indesejados da infância escolarizada aparece no discurso de Florina da Silva e Souza ao tratar da rotina disciplinar da instituição, em que os vícios familiares são diagnosticados em texto intitulado A Assistência Social apresentado em Conferência realizada pela Federação Espírita do Rio Grande do Sul:

Não é fácil recolher crianças para dentro de uma casa e procurar modificar hábitos viciosos, educação errada, concepções obscuras. Isso é muito difícil, mas, não é mais difícil. A grande dificuldade que depara uma instituição é a pessoa que possua inteligência para com brandura endireitar os verdes rebentos que nasceram e que se desenvolveram viciados. A Diretora interna é o mais difícil problema. Estudar a índole de cada criança e procurando, suavemente, de início, encaminhá-la, revelará a possibilidade de vencer ou ser vencida. Esse trabalho da Diretora interna têm sido o fardo mais pesado nos ombros da Sociedade Estudo e Caridade (SILVA, 1945, p. 02).

Por isso, a compreensão de infância a ser educada e disciplinada associa tanto a instrução moral quanto a profissional, permeando a inserção do espiritismo diante das questões sociais “controvertidas” na Era Vargas. Sendo assim, evidenciamos o papel disciplinar da instituição com base na profissionalização em Ata de 22 de fevereiro de 1939:

[...]foi resolvido a nomeação da Senhorinha Gloria Pereira para o cargo de Diretora Assistente do Abrigo “Instrução e Trabalho”, com os vencimentos de cem mil reis mensais. D. Gloria, passará a residir no Abrigo, em companhia de uma sua irmã por nome Iracema, que irá auxiliá-la nos trabalhos manuais. Como esta Sociedade tem em vistas, além do amparo e educação da criança, a torná-las aptas a todos os labores próprios do sexo feminino, nomeou a Senhorinha Gloria Pereira, por tratar-se de pessoa competente para o dito cargo (SOCIEDADE ESPÍRITA FEMININA ESTUDO E CARIDADE, 1939, p. 61)

A noção de infância tutelada e o pendor evolucionista revelam-se no Livro de Registros dos Menores, em que é possível identificar um retrato das expectativas em torno da ideia de civilidade a partir da disciplinarização. Há um padrão na escrita do Livro de Registros, ao trazer detalhes do ingresso da criança na instituição e o esforço em destacar o processo de integração social da criança. Em relação ao ingresso da menor O. M, nascida em 8 de setembro de 1926, o Livro de Registros traz o seguinte aspecto:

Esta menina que veio para o abrigo por doente e miséria, estando por isso muito fraquinha, foi tratada com o máximo de cuidado e carinho pela então Diretora Joaquina Flores de Carvalho, e tendo como médico gratuitamente o Dr. Antônio Menna Barreto [...] Aprendeu a ler, escrever, trabalhos

manuais e agulha. Tudo ministrado por professoras contratadas pela sociedade Estudo e Caridade (SOCIEDADE ESPÍRITA FEMININA ESTUDO E CARIDADE, 1933, p. 02).

O sentido disciplinador e higienista em relação às crianças amparadas no Abrigo reforçam a necessidade reeducação da infância e da juventude. Desse modo, Florina Silva delimita função da Diretora Interna voltada a corrigir os vícios sociais perpetuados pela família. Por fim, a relação de formação profissional e formação cidadã orienta a compreensão da diretora da instituição, possivelmente ressaltando a importância do espiritismo:

Trabalhos – todos os labores próprios para uma moça ou menina pobre devem ser ministrados. Desde o remendo à cultura da horta, a criação de galinhas, abelhas, etc., aproveitando sempre que possível todas as suas qualidades. Se o Abrigo é de meninas dê-se labores próprios para ser formada uma moça, uma esposa de um homem pobre e ao trabalho. Se para rapazes, instrua-se um homem para amanhã ministrando-se conhecimentos que o façam vencer na vida. Nada de artificialismo.

[...] A JUVENTUDE – que receba durante 4 a 8 anos ou mais, instrução amiga dessa natureza será a mais meritória contribuição do espiritismo ao mundo de amanhã e será tão importante que em breve espaço de tempo não mais haverá necessidade de albergues para amparar os párias, vítimas em sua quase totalidade, de uma educação errada como hoje acontece(SILVA, 1945, p. 04).

Essa perspectiva de educação para o futuro, dimensionada nos relatórios de atividades anuais da Instituição, associa educação e trabalho. Sumariamente, a Sociedade Espírita Estudo e Caridade, sobretudo, a partir da década de 1940, investiu na formação profissional por parte dos internos e internas de trabalhos manuais como corte e costura, horticultura, trabalhos agrários, ampliados e delineados conforme as possibilidades da instituição, cujo ensino esteve a cargo de associados e colaboradores. Tal preocupação revela não só o esforço para a oferta de moradia, alimentação, instrução religiosa, ensino escolar e cuidados médicos, mas também alinhamento para a perspectiva de formação para o trabalho.

Em 1942, a Diretoria detalhou, em relatório enviado ao Ministro Capanema, o conjunto de serviços de cunho assistencial e educacional desenvolvidos. O abrigo contava com a presença de nove abrigadas, com as seguintes atividades:

*Escola* – Regida por duas professoras municipais, funcionou a aula frequentada por cerca de oitenta crianças da redondeza, com grande aproveitamento. *Trabalhos manuais* – para as internas, continuam os serviços de costura, bordados, confecção e compostura de roupas próprias

e para fora. *Trabalhos tipográficos* – apesar de modesta, a oficina muito tem servido para exercitar duas internas na confecção de trabalhos gráficos e um boletim mensal. *Doces, sucos de frutas, etc* – Devido o custo do açúcar somente tem sido feito suco de uvas para o consumo do próprio abrigo.

*Pomar* – foi organizado uma horta, com resultados excelentes, fornecendo recursos para o consumo das internas. *Apicultura* – foi extraído mel de duas colméias, sendo isso motivo de admiração entre as abrigadas. O mel produzido foi utilizado para consumo (SOCIEDADE ESPÍRITA FEMININA ESTUDO E CARIDADE, 1942, p. 03, grifos do autor).

Em virtude das lacunas documentais, recorremos ao *Relatório de 1953* para dimensionar a relação entre a escolarização e o aprendizado de atividades profissionais. Nesse sentido, o documento reforça o ensino de uma “profissão modesta”, assim:

As meninas recebem ensino doméstico, confecções, colchoaria, enfermagem, costura, horticultura e cozinha. Mantemos ainda uma pequena tipografia para ensino de Arte Tipográfica, de onde se aproveita para tirar alguma renda para auxiliar a casa. Os meninos aprendem agricultura, criações, trabalhos de tambo e tudo mais que se possa ensinar de utilidade para o dia de amanhã. Outros tiraram curso de tratoristas e se acham colocados em oficinas mecânica conhecidas da cidade (SOCIEDADE ESPÍRITA FEMININA ESTUDO E CARIDADE, 1954, p. 01).

Nos limites desse artigo, podemos citar a concretização efetiva desse discurso político do trabalho com a inauguração, em setembro de 1943, do “Clube Agrícola Assis Brasil”. Segundo Scherer (2013), o clube teve a contribuição de D. Florina Souza e da superintendente prof<sup>a</sup> Alba Borges Onofrio, e trouxe em pauta a mediação entre desenvolvimento econômico e a preocupação com o meio ambiente:

a) Dignificar o trabalho manual, despertando a vocação e engrandecendo a profissão do trabalhador do campo; b) Inculcar o amor à terra; c) Formar e cultivar hábitos de observação, previdência, economia e cooperação; d) Promover o estudo das condições das lavouras e criações praticadas na localidade e procurar meios de aperfeiçoá-las. e) Demonstrar o rendimento das criações e lavouras bem tratadas e orientadas; f) Introduzir novas culturas e criações de interesse local; g) Concorrer para o melhoramento permanente da vida rural, procurando torná-la mais agradável e aperfeiçoando-a quanto a higiene, sociabilidade, estética e cultura em geral; h) Trabalhar pela arborização e reflorestamento local, preparando viveiros, combatendo queimadas e derrubadas, fazendo propagandas dos benefícios proporcionados pelas árvores em geral; i) Proteger os animais e as plantas, combater as pragas das lavouras e criações (SOCIEDADE ESPÍRITA FEMININA ESTUDO E CARIDADE, 1943, p. 08.).

Sendo assim, tais questões são indiciárias de práticas educacionais que delineavam a intersecção entre gênero e classe social. A educação buscava formar o chefe de família, honesto e disciplinado, bem como a dona de casa, com trabalhos manuais para auxiliar nos

rendimentos familiares. Esses aspectos correspondiam a prescrições de um horizonte das profissões para homens e mulheres pobres. Portanto, as diretrizes buscavam garantir uma vida a partir de um trabalho de caráter honesto, pois a formação profissional esteve saliente nos discursos das dirigentes do Abrigo Instrução e Trabalho, conforme o esforço de valorização do trabalho presente no discurso político de Vargas.

### *Considerações finais*

Pelo que foi exposto, evidenciamos que o atendimento, o cuidado e a proteção da infância, proposto pelo Abrigo Instrução e Trabalho, têm afinidades com o regime em construção na década de 1930-1945. Neste estudo, ressaltamos que, nos documentos analisados, havia uma compreensão sobre a infância e a juventude, e o quanto o discurso institucional se alinhou às políticas nacionalistas de valorização do trabalho da chamada Era Vargas, já que foi delineado um conjunto de propostas do ensino de ofícios e de atividades profissionais no abrigo. Logo, apesar das dificuldades financeiras, as estratégias buscaram viabilizar a inserção social dos menos favorecidos, assim como enfatizaram a reforma moral do espiritismo com base na educação e no trabalho.

O discurso de valorização do trabalho se associa à questão da cidadania do discurso político do regime varguista bem como à evolução espiritual defendida pelo espiritismo. Sendo assim, remete à reflexão do professor Artur Isaia em que o espiritismo toma para si a “função de ‘esclarecedor’ e ‘ordenador’ da sociedade, conferindo-lhes uma ética do trabalho, de acordo com os padrões capitalistas” (ISAIA, 2012, p. 104).

Além desse ponto, a formação educativa por meio do trabalho se relaciona, portanto, ao processo de exaltação do trabalho e do trabalhador na Era Vargas. Nesse sentido, Ângela de Castro Gomes (1999, p. 55) aponta o discurso da Era Vargas, com a estratégia de combater a pobreza, a transformação “do homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação”. Encaramos a preocupação com a criança e a família como uma questão central, logo, articula-se com o discurso político que se respalda na consolidação do culto à nacionalidade, à disciplina, à moral, ao trabalho e à própria personalidade de Vargas.

É preciso acrescentar que, nos limites dessa análise, ao trazermos essa ênfase no trabalho e na educação, destacamos a conquista simbólica do espiritismo na cidade de Santa

Maria, com base na proposta de educação e trabalho à infância. Buscamos suscitar questões e destacar o esforço de espíritas em relação à situação de vulnerabilidade social na cidade de Santa Maria-RS. Nessa análise, que não esgota o tema, e em diálogo com a recente produção sobre a instituição e história do espiritismo, ressaltamos a diversidade de disputas, conflitos e conciliações em torno da questão da educação que implicaram em novos questionamentos para pensar o espiritismo e sua busca de aproximação com a questão política.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Luciano Aronne de. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. *Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- ARRIBAS, Célia da Graça. *Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira*. São Paulo: Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BIASOLI, Vitor. *O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870/1920)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.
- BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999. p. 137-166.
- BORIN, Marta Rosa. *Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da República*. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Estudos Históricos Latino-Americanos, UNISINOS, 2010.
- CAMARA, Sônia. *Sob a guarda da república: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. *Espiritismo e Nova Era: Interpelações ao Cristianismo Histórico*. Aparecida: Santuário, 2014.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2ª Ed. Lisboa: Difel, 1990.
- GIRARDI, Felipe. *A Prática da Caridade e a Atenção à Criança pelo Espiritismo: o caso do abrigo Instrução e Trabalho, em Santa Maria/RS (1931-1973)*. Monografia de Graduação, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, RS, 2014.
- GIRARDI, Felipe. *Espiritismo, saúde e caridade: um estudo biográfico sobre a família Silva e Souza, em Santa Maria/RS*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2017.
- GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: Dulce Pandolfi. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. 1ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, v. 1, p. 53-72.
- GOMES, Ângela de Castro; MATTOS, Hebe. Sobre apropriações e circularidades: memória do cativo e política cultural na Era Vargas. *História Oral*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 121-144, 1998.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de; JINZENJI, Mônica Yumi. Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 114-132, Apr. 2006.

ISAIA, Artur Cesar. A república e a teleologia histórica do espiritismo. In: ISAIA, Artur Cesar; MANOEL, Ivan Aparecido. (Org.). *Espiritismo e Religiões Afro-Brasileiras*. História e Ciências Sociais. 01ed. São Paulo: UNESP, 2012, p. 103-117.

KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. Tradução de Matheus Rodrigues de Camargo. 9. ed. Capivari – SP: Editora EME, 2007.

MATTOS, Renan Santos. *A caminho da luz: a trajetória intelectual de Fernando do Ó no espiritismo brasileiro (1930- 1963)*. Tese (Doutorado em História), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 165-198, 1999. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201881999000200008&lng=pt&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881999000200008&lng=pt&nrm=is) o Acessado em 25 maio 2020.

RIZZINI, Irma. A pesquisa histórica dos internatos de ensino profissional: revendo as fontes produzidas entre o século XIX e XX. *Revista Contemporânea de Educação*, v.4, nº7, p.8-27, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1571/1419>. Acessado em 21 de maio 2020.

RIZZINI, Irma. A assistência à infância na passagem para o século XX: da repressão à reeducação. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 77-94, 1990. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fe/article/view/61112>. Acessado em: 18 dez. 2019.

ROSSI, Daiane Silveira. *Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903- 1913)*. Tese (História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

SANGLARD, Gisele Porto. *Entre os salões e o laboratório: filantropia, mecenato e práticas científicas - Rio de Janeiro, 1920-1940*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

SANGLARD, Gisele Porto. Pobreza e assistência na escrita da história. In: KORNDÖRFER, Ana Paula. et. al. (Orgs) *História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores*. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 19-40.

SAVIANI, Demerval. *História das Idéias Pedagógicas no Brasil*. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

SCHERER, Bruno Cortês. *Ações Sociais do Espiritismo: A Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade, Santa Maria – RS (1932-1957)*. Santa Maria: Trabalho de Conclusão do Curso de História/UFSM, 2013.

SOSENSKI, Susana. Dar casa a las voces infantiles, reflexiones desde La historia. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 14, n. 1, p. 43-52, 2016.

VALLE, Hardalla Santos do; AMARAL, Giane Lange do. Entre o estudo, as orações e o aprendizado do trabalho: uma abordagem do cotidiano das internas do Asylo Coração de Maria de Rio Grande/RS

(décadas de 1860 a 1950). *Diálogos*, v. 22, n. 3, p. 61-75, 21 dez. 2018. Disponível em: <http://ojs.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41470>. Acesso em 25 maio 2020.

XAVIER, Libânia Nacif. O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas. *Educação (UFSM)*, Santa Maria, p. 105-120, set. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/3741>. Acessado em 25 maio 2020.

WEBER, Beatriz Teixeira. Outras perspectivas para a História da Saúde e da Assistência: práticas e religiosidades. In: KORNDÖRFER, Ana Paula. et. al. (Orgs). *História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores*. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 129-146.

WEBER, Beatriz Teixeira; SCHERER, Bruno Cortês. A Sociedade Espírita Estudo e Caridade: Reflexões sobre a trajetória espírita em Santa Maria – RS. In: ZANOTTO, Gizele. (Org.). *Religiões e religiosidades no Rio Grande do Sul*. v. 1. Passo Fundo: Ed. PPGH/UPF, 2012, p. 19-37.

#### FONTES

ALIANÇA ESPÍRITA SANTA-MARIENSE. *Estatuto*. Santa Maria, 1926. In: Acervo Histórico Aliança Espírita Santa-Mariense.

JUVENTUDE ESPÍRITA, Ata n. 63, de 19 de abril de 1942. *Livro de Atas da Sociedade da Juventude Espírita nº 1 (1941-1943)*. Acervo Histórico da Sociedade Espírita Estudo e Caridade, Santa Maria, 91 p.

Ó, Fernando Souza do. Festa de Caridade. *Diário do Interior*, Santa Maria, 5 jun. 1934, p. 01.

Ó, Fernando Souza do. Problemas. *Diário do Interior*, Santa Maria, 6 jul. 1938, p. 01.

PELO ESPIRITISMO, *Diário do Interior*, Santa Maria, 2 abr. 1934, p. 01.

SOCIEDADE FEMININA ESPÍRITA ESTUDO E CARIDADE, Ata nº. 1, de 13 de abril de 1927. *Livro de Atas de Sessões Ordinárias (1927-1941)*. Acervo Histórico da Sociedade Espírita Estudo e Caridade, Santa Maria, 78 p.

SOCIEDADE FEMININA ESPÍRITA ESTUDO E CARIDADE, Ata nº. 55, de 22 de dezembro de 1938. *Livro de Atas de Sessões Ordinárias nº 1 (1927-1941)*. Acervo Histórico da Sociedade Espírita Estudo e Caridade, Santa Maria, 78 p.

SOCIEDADE FEMININA ESPÍRITA ESTUDO E CARIDADE, Ata nº. 57, de 22 de fevereiro de 1939. *Livro de Atas de Sessões Ordinárias nº 1 (1927-1941)*. Acervo Histórico da Sociedade Espírita Estudo e Caridade, Santa Maria, 78 p.

SOCIEDADE FEMININA ESPÍRITA ESTUDO E CARIDADE, Ata nº. 64, de 15 de novembro de 1940. *Livro de Atas de Sessões Ordinárias nº 1 (1927-1941)*. Acervo Histórico da Sociedade Espírita Estudo e Caridade, Santa Maria, 78 p.

SOCIEDADE FEMININA ESPÍRITA ESTUDO E CARIDADE, Ata n. 72, de 26 de setembro de 1943. *Livro de Atas de Sessões Ordinárias nº 6 (194-1967)*. Acervo da Sociedade Espírita Estudo e Caridade, 78 p.

SOCIEDADE FEMININA ESPÍRITA ESTUDO E CARIDADE. *Livros de Registro de Internos do Abrigo Instrução e Trabalho (1932-1957)*. Acervo Histórico da Sociedade Espírita Estudo e Caridade, Santa Maria.

SOCIEDADE FEMININA ESPÍRITA ESTUDO E CARIDADE, *Telegrama Enviado ao Exº Srº Gustavo Capanema*, Santa Maria, 20 de agosto de 1940. In: Acervo Histórico da Sociedade Espírita Estudo e Caridade.

SOCIEDADE FEMININA ESPÍRITA ESTUDO E CARIDADE, *Relatórios Anuais de 1942 ao Exº Srº Gustavo Capanema, Santa Maria, 1942*. In: Acervo Histórico da Sociedade Espírita Estudo e Caridade.

SOCIEDADE FEMININA ESPÍRITA ESTUDO E CARIDADE, *Relatório Anual da Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade, 1953*. In: Acervo Histórico da Sociedade Espírita Estudo e Caridade.

SOUZA, Florina da Silva. *A Assistência Social*, 25 ago. 1945, p. 1-6. In: Acervo da Aliança Espírita Santa-Mariense.